CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

Chamada de Trabalhos

Gestão Pública, Políticas Públicas e Relações Raciais

Editores convidados:
Cloves Oliveira (Universidade Federal da Bahia, Departamento de Ciência Política, Brasil)
Elias de Oliveira Sampaio (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Adinkra Consult, Brasil)
Gladys Mitchell-Walthour (Carolina Central University, Durham Public Schools, Estados Unidos)
Mariana Lima Bandeira (Universidad Andina Simón Bolívar, Programa de Posgrado en Administración de Empresas, Equador)
Pedro Jaime (FEI, Programa de Pós-Graduação em Administração, Brasil)
Tatiana Silva (Ministério da Igualdade Racial e IPEA, Brasil)

Prazo para submissão: 01 de agosto de 2026

A questão racial configurou-se como um tema estruturante das Ciências Sociais no Brasil desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, como atestam os trabalhos seminais dos chamados pensadores sociais brasileiros, tais como: Joaquim Nabuco (1999a, 1999b), Sílvio Romero (1888), Manoel Quirino (1916), Raymundo Nina Rodrigues (1894), Oliveira Vianna (1939), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Caio Prado Jr. (1942), bem como outros autores pioneiros que contribuíram para consolidar as cátedras de Sociologia, Antropologia e Ciência Política nas universidades do País, como: Florestan Fernandes (1964), Fernando Henrique Cardoso (1962), Otavio Ianni (2004), Darcy Ribeiro (1995), Alberto Guerreiro Ramos (1957, 1965), Lélia González (2020), Abdias do Nascimento (1978) e Manuel Bomfim (2000), como apontado em Brandão (2007) e Schwarcz (1993). As preocupações em elucidar os desafios para formação do estado nacional, as estratégias para o desenvolvimento socioeconômico, além das interpretações sobre o legado da colonização e do sistema escravocrata para nossa formação social, exigiram que pelo menos cinco gerações de analistas sopesassem os impactos das relações raciais no Brasil.

FGV EAESP

Nesse contexto, também tivemos os ensaios e as pesquisas de cientistas sociais estrangeiros – seja pensando os problemas de seus países, seja tentando elucidar as dinâmicas das relações raciais brasileiras *per se* e/ou em comparação com outras sociedades. Eles argumentaram que a representação sobre raça é um importante fator nas relações sociais, na construção de estruturas de poder e na modelagem das instituições públicas e privadas. Observaram que raça opera para definir a distribuição de oportunidades de trabalho, recursos econômicos, materiais e simbólicos, de modo que determina profundamente a vida de indivíduos e grupos da sociedade.

É incontornável ainda mencionar autores como Joseph Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso, cujas teses do racismo científico tanto sucesso fizeram entre intelectuais e políticos brasileiros nas duas primeiras décadas da nossa era republicana. Estes calorosamente abraçaram as ideias de raça que preconizavam hierarquias sociais e políticas, nas quais os brancos europeus tinham prerrogativas de poder e prestígio sobre os demais grupos étnicos e raciais. O olhar estrangeiro – intensificado desde a realização de um projeto de investigações financiado pela Unesco a partir dos anos 1940 – aprofundou os debates sobre a questão racial no Brasil, materializados nas obras de Donald Pierson (1945), Marvin Harris (1964) e Roger Bastide (1960), e depois atualizados por Thomas Skidmore (1976), Carlos Hasenbalg (1979), Michel Agier como citado em Damasceno et al. (2010), Kabengele Munanga (2009) e Edward Telles (2003).

Logo em seguida, a redemocratização do Brasil, a partir dos anos 1980, marcou não somente a transição do regime autoritário que emergiu com o golpe de 1964, mas também a reorganização da sociedade civil. Foi nesse contexto que, mais uma vez, a variável racial se impôs para aqueles que desejavam entender a relação entre raça, classe e poder no Brasil (Fontaine, 1985). Michael Mitchell (1985) apontou a atuação dos movimentos negros na abertura política democrática; Gonzalez (1985) sinalizou que a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) marcava um novo estágio das mobilizações políticas dos negros no País. Essa trilha de estudos sobre ações coletivas revelou que os negros têm não apenas se engajado em embates com chefes do Executivo e parlamentares buscando a conquista e/ou ampliação de direitos sociais e políticos, mas também lutado para conquistar cargos políticos e eleitorais ao longo da história nacional. As pesquisas subsequentes apontaram a existência de

padrões alarmantes de desigualdades na representação política segundo raça, gênero e classe no Brasil (Campos & Machado, 2020; Johnson, 2000), bem como os desafios dos negros, e sobretudo das mulheres negras, para exercerem influência na construção e implementação de políticas públicas pró-equidade racial (Hogan et al., 2018; Mariano & Carloto, 2013; Paschel, 2016; Perry, 2022). Vemos, assim, a entrada em cena dos negros e negras entre os novos atores sociais e políticos que emergiram no final dos anos 1980 – conforme anunciou Sader (1988).

Em síntese, é possível voltarmos mais de 100 anos para localizar a presença da questão racial como tema de pesquisas no campo das Ciências Sociais no Brasil. Isso fica evidente quando se leva em consideração a obra de Nina Rodrigues, que remonta ao final do século XIX, sendo tomada como marco fundador nesse sentido (Corrêa, 1998; Guimarães, 2005; Munanga, 2009; Silva, 2002). Posteriormente, a temática foi se consolidando ao longo do século XX e alcançou centralidade em cursos de graduação e de pós-graduação da área no País, seja como o rótulo de sociologia das relações raciais, de antropologia das populações afro-brasileiras ou de estudos étnico-raciais, já tendo sido objeto de balanços recentes sobre os subtemas que estruturam a sua produção contemporânea (Barreto et al., 2017, 2021; Campos et al., 2018).

É verdade que os sociólogos e antropólogos se destacaram mais por colocarem as questões raciais como objeto de estudo que os cientistas políticos (Guimarães, 2001; Oliveira, 2002). Talvez por isso as agendas de pesquisa tenham sido dominadas pela investigação sobre o legado da escravidão, padrões de relações raciais brasileiro e mapeamento das desigualdades raciais. Entre os tópicos que recentemente foram privilegiados, certamente, se encontram as controvérsias que marcaram os debates em torno da implantação de políticas de ação afirmativa no ensino superior (Gonçalves e Silva & Silvério, 2003; Teixeira & Steil, 2005), os desdobramentos que se deram após a sua implementação (Neves, 2022; Santos, 2013), políticas públicas setoriais (saúde, previdência e trabalho) para promoção de equidade racial (Santos, 2010), ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial (Petrarca, 2013) e, finalmente, racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais (Silva, 2022).

No entanto, a questão racial esteve largamente ausente do campo da Administração no Brasil, e mais especificamente naquele referente à Administração Pública. Alguns autores já sinalizaram para essa ausência. Costa e Ferreira (2006), por exemplo, argumentaram que a dimensão racial representa uma das grandes lacunas dos estudos sobre diversidade realizados pelos pesquisadores brasileiros de Administração, ao passo que Barbosa (2009) denunciou a negação da raça nos Estudos Organizacionais em nosso país. Escrevendo alguns anos mais tarde, Rosa (2014) confirmou a existência desse vazio. É verdade que a emergência do tema da gestão da diversidade abriu as portas da produção acadêmica em Administração no Brasil para as relações raciais (Alves & Galeão-Silva, 2004; Fleury, 2000). Todavia, a atenção voltou-se mais para a análise da dinâmica das empresas (Jaime & Santos-Souza, 2024, 2025) do que para os desafios da gestão pública. Foi assim que, coordenando um número especial na revista *Organizações e Sociedade*, Jaime et al. (2018) clamaram pela superação desse esquecimento sobre a questão racial na investigação sobre o mundo empresarial.

Essa ausência das relações raciais no âmbito dos estudos em Administração Pública certamente está vinculada ao fato de o mito da democracia racial ter vigorado de maneira hegemônica no País do fim do sistema colonial escravista até os anos 1980. Ele levou a sociedade e o Estado brasileiros a negarem a existência do racismo como elemento estruturante da sua formação e causa motora das desigualdades sociais (Saraiva & Mathias, 2020; Tilly, 1999). Porém, desde os anos 1980, as denúncias da sociedade civil liderada pelos movimentos negros e as análises empreendidas por pesquisadores de instituições acadêmicas e governamentais evidenciaram as desigualdades raciais em diversos indicadores (Santos, 2022). Consequentemente, no século XXI, o Estado brasileiro passou a implementar medidas para o seu enfrentamento, ensejando do campo científico da Administração Pública análises sobre essas medidas.

Um outro fator ampliou a urgência que a temática passou a ganhar para o campo da Administração Pública. Trata-se da articulação transnacional do ativismo antirracista, quer por meio das organizações internacionais, da defesa de tratados e da incidência em conferências, quer por meio de mobilização da sociedade civil e influência em governos e organismos multilaterais. Essa atuação pode ser sintetizada no surgimento do movimento *Black Lives Matter* (BLM). Iniciativa com gênese nos Estados Unidos em

2013, em resposta à violência policial e ao racismo institucional que ceifou vidas negras, o BLM ecoou no ambiente digital por meio da *#BlackLivesMatter* e em outros contextos nacionais, incluindo países da América Latina, levando movimentos negros de diferentes países a renovarem, juntos aos seus governos, políticas efetivas para a população negra. E as reivindicações não se restringiram às medidas relativas à segurança pública, alcançando setores como habitação, saúde, educação, trabalho e renda (Oliveira et al., 2024). É curioso notar que as diversas ações que hoje podem ser lidas como expressão local do BLM de fato refletem os ativismos e mobilizações coletivas que têm lutado contra a brutalidade policial, o racismo e a exclusão social dos negros desde os anos 1970, como: "Reaja ou Será Morto", "Mães de Maio".

Contudo, a crise econômica e político-institucional que se abate sobre o Brasil desde 2013 trouxe riscos para a sustentabilidade dos arranjos que foram criados. Ela gerou arrefecimento político e perda de espaço institucional, ameaçando a implementação de ações estratégicas de promoção da igualdade racial. Esse quadro foi ainda mais agravado pela chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2017. Seu segundo mandato, iniciado em 2025, tem sido marcado por pressões para que órgãos públicos, empresas e universidades retrocedam em seus programas ou políticas voltadas para a equidade racial, de gênero, ou dirigidas à promoção dos direitos da população LGBTQIA+.

Diante desse contexto de lacuna científica, associada à relevância, atualidade e complexidade social e política, a revista *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania* convida professores(as) e pesquisadores(as) dos campos da Administração Pública, das Ciências Sociais e Humanas e de áreas afins a submeterem artigos com o objetivo de compor o Fórum "Gestão Pública, Políticas Públicas e Relações Raciais". Serão valorizados ensaios teóricos e trabalhos resultantes de pesquisa empírica, realizadas a partir de diferentes lentes teórico-epistemológicas e distintas abordagens metodológicas: quantitativas, qualitativas ou multimétodo. De maneira não exaustiva, forte atenção será dirigida a submissões que tratem de tópicos como:

- História e desenvolvimento da temática racial na Administração Pública, inclusive por meio de suas interseções com as Ciências Sociais (Jaime, 2016; Paixão, 2014, 2025).

- Tensões e conflitos entre o mito da democracia racial e as políticas de combate às desigualdades raciais na prática institucional (Paixão, 2014; Sampaio, 2017).
- Racismo de Estado, racismo estrutural e institucional, racismo ambiental (Grandmaison, 2024; Sampaio, 2004).
- Questão racial, democracia e arenas públicas (Hein & Jaime, 2025; Jaime, 2017; Jaime et al., 2024).
- O ativismo antirracista transnacional e seus desdobramentos nos governos nacionais (Oliveira et al., 2024).
- Desafios da gestão pública perante as desigualdades raciais (impacto de políticas, governança institucional) (Sampaio, 2017; Silva, 2018, 2019).
- Implementação e gestão de políticas de promoção da igualdade racial em setores como educação, saúde, emprego e renda (Silva, 2018; Silva, 2019).
- Monitoramento, avaliação e análise de políticas públicas, inclusive políticas com enfoque universal, considerando a centralidade da perspectiva racial.
- Relações raciais, burocracia e arranjos institucionais (Silva, 2018; Silva, 2019).
- Registros administrativos, pesquisas e análise de dados sobre a população negra (Grandmaison, 2024; Mbembe, 2018).
- Políticas públicas e empreendedorismo negro (Hein & Jaime, 2025; Nogueira, 2014).
- Direitos humanos e políticas de salvaguarda da herança cultural afrobrasileira (Santos & Tozi, 2021).
- Migrações, nova diáspora negra e políticas públicas (Hein & Jaime, 2025).
- Transversalidade, interseccionalidade, branquitude e políticas públicas.
- Desenvolvimento sustentável com justiça racial, Agenda 2030 e o ODS 18, para promoção da igualdade étnico-racial.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC)* é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, revisão por pares duplamente anonimizada e publicação do periódico. Os *CGPC* não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge). Para mais informações sobre *CGPC*, acesse: https://periodicos.fgv.br/cgpc/linha-editorial.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, em português, inglês e espanhol, desde que observadas a formatação geral e demais orientações na seção "Artigos" das Diretrizes para Autor disponíveis em https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor.

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre essa chamada, envie mensagem para o professor Pedro Jaime: pedrojaime@uol.com.br

Em caso de dúvidas sobre nossas diretrizes, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

REFERÊNCIAS

Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *44*(3). 20-29. https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300003

Barbosa, E. (2009). A negação da raça nos estudos organizacionais. *Anais do 33º EnANPAD*.

Barreto, P.; Lima, M.; Lopes, A.; Sotero, E. (2017). Entre o isolamento e a dispersão: A temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, *5*(11). 113-41. https://doi.org/10.20336/rbs.223

Barreto, P.; Lima, M.; Lopes, A.; Sotero, E. (2021). A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. *Boletim Informativo Bibliográfico*, *94*. https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/191

Bastide, R. (1960). *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações* (Vols. I e II). Livraria Pioneira Editora/ EDUSP.

Bonfim, M. (2000). A América Latina. In S. Santiago (Org.), *Intérpretes do Brasil* (Vol. 1). Nova Aguilar.

Brandão, G. M. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Aderaldo & Rothschild Editores.

Campos, L. A., Lima, M., & Gomes, I. (2018). Os estudos sobre relações raciais no Brasil: Uma análise da produção recente (1994-2013). In *Sociologia brasileira hoje II*. 199-249p. Ateliê Editorial.

Campos, L. A., & Machado, C. (2020). *Raça e eleições no Brasil*. Editora Zouk.

Cardoso, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Editora Civilização Brasileira.

Corrêa, M. (1998). *As ilusões da liberdade: A escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. EDUSF.

Costa, S., & Ferreira, C. (2006). Diversidade e minorias nos estudos organizacionais brasileiros: Presença e lacunas na última década. *Anais do ENEO*.

Damasceno, J.; da Silva, I. O. P; Fazzioni, N. H.; Aderaldo, G. A.; Frúgoli Jr, H. (2010). As cidades da antropologia: Entrevista com Michel Agier. *Revista de Antropologia*, *53*(2). https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.37397

Fernandes, F. (1964). *A integração do negro na sociedade de classes* (2 vols.). Dominus Editora.

Fleury, M. T. L. (2000). Gerenciando diversidade cultural: Experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, *40*(3). https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000300003

Fontaine, P.-M. (1985). *Race, class, and power in Brazil.:* Center for Afro-American Studies/University of California.

Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala*. Maia & Schmidt LTDA.

Gonzalez, L. (1985). The unified black movement: A new stage in black political mobilization. In P.-M. Fontaine (1985), *Race, class, and power in Brazil.* pp. 120-134 Center for Afro-American Studies/University of California.

González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogo*s. Zahar.

Grandmaison, O. L. C. (2024). *Racismes d'État, États racistes: Une brève histoire*. Éditions Amsterdan.

Guimarães, A. S. (2001). A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social – Revista de Sociologia*, *13*(2). https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007

Guimarães, A. S. (2005). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.

Gonçalves e Silva, P. B.; Silvério, V (2003). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP.

Harris, M. (1964). *Patterns of race in the Americas*. Walker.

Hasenbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Graal.

Hein, A., & Jaime, P. (2025). Between ethnic entrepreneurship and political participation: The experience of representatives of the Brazilian new black diaspora. *The Botton Line*, *38*(2). https://doi.org/10.1108/BL-09-2024-0168

Hogan, V., Araujo, E. M. de, Caldwell, K. L., Gonzalez-Nahm, S, & Black, K. Z. (2018). "We black women have to kill a lion everyday": Toward an intersectional analysis of racism and social determinants of health in Brazil. *Social Science and Medicine*, *199*. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.07.008

Holanda, S. B. (1936). *Raízes do Brasil.* Editora José Olympio.

Ianni, O. (2004). Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, *18*(50). https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100003

Jaime, P. (2016). *Executivos negros: Racismo e diversidade no mundo empresarial*. Edusp-Fapesp.

Jaime, P. (2017). Recycling the idea of race: Socio-political agenda, transnational business culture, and diversity management in Brazil. *Social Identities. Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, *24*(5). https://doi.org/10.1080/13504630.2017.1386356

Jaime, P., Barreto, P., & Oliveira, C. (2018). Lest we forget! Presentation of the special issue "racial dimensions in the corporate world". *Organizações & Sociedade*, *25*(87). https://doi.org/10.1590/1984-9250870

Jaime, P., & Santos-Souza, H. (2024). Papel das empresas na construção de uma sociedade antirracista. *GV-executivo*, *23*(2). https://doi.org/10.12660/gvexec.v23n2.2024.91227

Jaime, P., & Santos-Souza, H. (2025). For an anti-racist racialization: Controversies surrounding racial inclusion in companies. *Journal of Contemporary Administration*, *29*(1). https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2025240032.en

Jaime, P., Santos-Souza, H., & Hein, A. (2024). Da estratégia individual à mobilização coletiva: Construção do sujeito nas trajetórias profissionais de executivos negros. *Novos Estudos Cebrap*, *34*(2). https://doi.org/10.25091/S01013300202400020004

Johnson, O. A., III. (2000, dezembro). Representação racial e política no Brasil: Parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos Afro-asiáticos*, (38). https://doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200001

Mariano, S. A, & Carloto, C. M. (2013). Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Revista Sociedade e Estado*, *28*(2). https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200011

Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. n-1 edições.

Mitchell, M. (1985). Blacks and the abertura democrática. In P.-M. Fontaine (1985), *Race, class, and power in Brazil*. 95-119p.Center for Afro-American Studies/University of California.

Munanga, K. (2009). Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues. In A. Almeida, A. J. S.; Santos, L. de A.; Ferreti, S. F. *Religião, raça e identidade*. 15-35p. Paulinas.

Nabuco, J. (1999a). *A escravidão*. Nova Fronteira.

Nabuco, J. (1999b). *O abolicionismo*. Nova Fronteira.

Nascimento, A. do. (1978). O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra.

Neves, P. S. C. (2022). Sistema de classificação racial em disputa: Comissões de heteroidentificação em três universidades públicas brasileiras. *Mana*, *28*(3).

Nogueira, J. C. (Org.). (2014). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: Desafios históricos e perspectivas para o século XXI*. Atilènde.

Oliveira, C. L. P.; Mitchell, G. L.; Morrison, K. C. (Eds.). (2024). *Black Lives Matter in Latin America: Continuities in racism, cross-national resistance and mobilization in the Americas*. Palgrave Macmillan.

Oliveira, C. L. P. (2002). O negro e o poder no Brasil: Uma proposta de agenda de pesquisa. *Caderno CRH*, *15*(36). https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i36.18625

Paixão, M. (2014). *Lenda da Modernidade Encantada: Por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação*. CRV.

Paixão, M. (2025). The spirit of the Brazilian racial developmentalism. *Revista Brasileira de Sociologia*, *13*. https://doi.org/10.20336/rbs.1068

Paschel, T. S. (2016). *Becoming black political subjects: Movements and ethno-racial rights in Colombia and Brazil*. Princeton University Press.

Perry, K. Y. (2022). *Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira: A luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil*. EDUFBA.

Petrarca, F. R. (2013). Ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial. *Revista de Antropologia*, *56*(1). https://revistas.usp.br/ra/article/view/64470

Pierson, D. (1945). *Pretos e brancos na Bahia*. Companhia Editora Nacional.

Prado, C., Jr. (1942). *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense.

Quirino, M. (1916). A raça africana e seus costumes na Bahia. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, Bahia.

Ramos, A. G. (1957). Introdução crítica à sociologia Brasileira. Editorial Andes Limitada.

Ramos. A. G. (1965). *A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica*. Edições Tempo Brasileiro Ltda.

Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.

Rodrigues, R. N. (1894). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*. Editora Guanabara Waissman Koogan Ltda.

Romero, S. (1888). *História da literatura brasileira*. Biblioteca Nacional.

Rosa, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea, 18*(3).

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Paz e Terra.

Sampaio, E. O. (2004). Discriminação racial e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil: Uma contribuição ao debate sobre os direitos humanos a partir do conceito de racismo institucional. *Bahia Análise & Dados, 14*.

Sampaio, E. O. (2017). *Política, economia e questões raciais: A conjuntura e os pontos fora da curva, 2014 -2016*. Edufba.

Santos, A. L. N., & Tozi, D. R. (2021). Gestão social das religiões no mundo da pandemia: Notícias das religiões de matriz africana e os seus discursos em torno da cura da terra. *RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social, 10*. https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v10i1.42145

Santos, H. (Org.). (2022). *A resistência negra ao projeto de exclusão Racial*: *Brasil 200 anos (1822-2022).* Jandaíra.

Santos, J. T. dos. (2013). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras*. Editora CEAO.

Santos. S. A. dos. (2010). Políticas públicas de promoção da igualdade racial: Questão racial, mercado de trabalho e justiça trabalhista. *Revista TST, 76*(3). https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/18076

Saraiva, L. F., & Mathias, J. F. C. M. (2020). *Igual-Desigual: História e economia das desigualdades antes, durante e depois da pandemia*. HUCITEC.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças:Ccientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Companhia das Letras.

Silva, T. (2022). Racismo algorítmico: Inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. Edições SESC SP.

Silva, T. D. (2018). Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: Formação multinível da agenda governamental. *Revista do Serviço Público*, *69*. https://doi.org/10.21874/rsp.v69i2.1771

Silva, T. D. (2019). *Mudança institucional, discurso e instituições: Políticas públicas de igualdade racial no governo federal de 2000 a 2014* (Tese de doutorado em Administração, Brasília, UnB).

Silva, V. G. da. (2002). Religiões afrobrasileiras: Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960). *Revista USP*, (55), 82-111, https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i55p82-111

Skidmore, T. E. (1976). *Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra.

Teixeira, S. A., & Steil, C. A. (2005). Introdução ao debate sobre cotas. *Horizontes Antropológicos*, *11*(23). https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100010

Telles, E. (2003). Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica. Relume-Dumará: Fundação Ford.

Tilly, C. (1999). *Durable inequality*. University of California Press.

Vianna, O. (1939). *O idealismo da Constituição* (2ª ed.). Cia. Editora Nacional.